



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO PARÁ  
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE TUCURUÍ

## **PROVA OBJETIVA E DISCURSIVA PARA ESTÁGIO NA JUSTIÇA FEDERAL**

- Data de aplicação: 02/03/2019.
- Vinculada ao edital de seleção de estagiários n. 6283962 (processo SEI n. 47875120184018010).
- Quando autorizado, confira se este caderno de prova contém vinte questões objetivas com quatro alternativas cada, além do espaço correspondente para elaboração de uma redação discursiva.
- Você pode levar o caderno de questões quando faltar uma hora para o encerramento da prova. Caso não queira levar, o caderno ficará disponível no balcão de atendimento da Subseção e na fanpage do Facebook para download.
- O gabarito será disponibilizado no mesmo dia da prova, ao final desta, na fanpage do Facebook da Subseção Judiciária de Tucuruí.
- O uso de aparelhos eletrônicos ou a realização de comunicação entre os candidatos implicará na imediata desclassificação do certame, bem como poderá ter reflexos criminais.
- Caso necessite beber água ou ir ao banheiro, ou ainda qualquer tipo de ajuda que não seja relacionada ao conteúdo da prova, levante a mão e aguarde atendimento por um fiscal.
- Os candidatos que atingirem pelo menos 60% (sessenta por cento) de acertos nas questões objetivas terão sua redação corrigida. Caso menos de cinco candidatos atinjam o percentual de aproveitamento, serão corrigidas as redações dos cinco melhores classificados, incluídos aqueles empatados na quinta colocação.

Boa prova!

Prova tipo “A”



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO PARÁ  
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE TUCURUÍ

1. No que se refere ao julgamento do STF sobre a suposta omissão legislativa em criminalizar atos da homofobia e transfobia (ADO 26/DF, rel. Min. Celso de Mello, julgamento em 20 e 21.2.2019; MI 4733/DF, rel. Min. Edson Fachin, julgamento em 20 e 21.2.2019), marque a alternativa certa:

- a) A Corte discutiu esse tema em face de suposta mora legislativa do Congresso Nacional em editar lei contra atos de segregação que inferiorizem os integrantes do grupo LGBT, em razão de sua orientação sexual ou de sua identidade de gênero, uma vez que tais comportamentos de homotransfobia ajustam-se ao conceito de atos de discriminação e de ofensa aos seus direitos e suas liberdades fundamentais. Todavia, na ocasião do julgamento, a maioria do STF entendeu que a decisão sobre assunto cabe exclusivamente ao Congresso Nacional, já que não é dado ao Poder Judiciário o papel de legislador, ou seja, de o Poder Judiciário definir expressamente a criminalização da homofobia e da transfobia;
  - b) Apesar de a identidade gênero constituir elemento essencial e estruturante da própria identidade da pessoa humana, a Constituição de 1988 não protege o direito à orientação sexual, não havendo, portanto, qualquer dever fundamental que imponha ao poder público coibir atos de homofobia na sociedade brasileira;
  - c) A Constituição prevê ao Estado, expressamente, o dever de criar lei penal que criminalize atos contra os direitos e liberdades fundamentais, mas, por ser esse “mandado de criminalização” uma norma de eficácia limitada, o Poder Judiciário não pode exigir do Legislativo o cumprimento de tal dever;
  - d) O relator da citada demanda, o Ministro Celso de Mello, dentre outras providências, votou pelo reconhecimento imediato de que a homofobia e a transfobia, quaisquer que sejam as formas pelas quais se manifestem, enquadram-se, mediante interpretação conforme à Constituição, na noção conceitual de racismo prevista na Lei 7.716/1989.
- 

2. A respeito do conceito jurídico de racismo atribuído pelo STF:

- a) No âmbito do direito brasileiro, “racismo” se resume a um conceito de ordem estritamente biológica, existindo pelo menos duas ou mais raças humanas nas quais os seres humanos se classificam. Assim, há racismo apenas quando os seres humanos são discriminados a partir das suas características genéticas;
- b) A divisão dos seres humanos em raças resulta de um processo de conteúdo político-social, projetando-se numa dimensão abertamente cultural e sociológica. Desse modo, a Corte entende que as raças humanas não existem como entidades biológicas, mas sim como entidades sociais (racismo social);



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO PARÁ  
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE TUCURUÍ

- c) A Corte não entende que o antissemitismo (discriminação contra judeus baseada no seu histórico étnico, cultural e religioso) consiste em uma forma de racismo;
- d) Para a jurisprudência do STF, o crime de racismo no Brasil é prescritível e visa à punição somente de casos de preconceito contra os negros, consoante uma interpretação histórica do inciso XLII do art. 5º da CF.
- 

3. No tocante ao mandado de injunção:

- a) Consiste em ação que examina o descumprimento, por inércia estatal, de norma impositiva de determinado comportamento atribuído ao poder público pela própria Constituição, em sede de controle difuso de constitucionalidade;
- b) A situação de omissão abusiva no adimplemento da prestação legislativa – caracterizada diante do estado de mora do legislador pela superação excessiva de prazo razoável – ou a imposição constitucional de legislar se qualificam como requisitos alternativos da declaração de inconstitucionalidade por omissão;
- c) Trata-se de ação constitucional efetivadora de direitos fundamentais veiculados por normas de eficácia limitada, quando grave mora legislativa em regulamentar os elementos de eficácia do direito acarretam lesão ao patrimônio jurídico do jurisdicionado;
- d) Entre os casos relevantes julgados pelo Supremo Tribunal Federal em sede de Mandado de Injunção, destacam-se o direito de greve no serviço público (CF, art. 37, VII), a concessão de aposentadoria especial para servidores públicos (CF, art. 40, §4º) e a autorização para interrupção de gestação de feto anencéfalo.
- 

4. No tocante à técnica do apelo ao legislador no mandado de injunção:

- a) Trata-se de solução adotada pelo Poder Judiciário para fazer cessar o estado de inconstitucional omissão normativa. Segundo a jurisprudência da Corte, a técnica do apelo ao legislador tem se mostrado suficiente para o alcance de tal propósito. Ao ser comunicado formalmente pelo Poder Judiciário de que está em mora legislativa quanto à regulamentação de certo direito constitucional, o Legislativo vem oferecendo demonstrações de respeito à autoridade judicial, editando a legislação omissão em prazo razoável, sem qualquer demonstração de resistência;
- b) Nem sempre tem sido solução eficaz, em razão da indiferença do Poder Legislativo, que, em determinadas decisões anteriormente emanadas do Poder Judiciário, tem persistido em permanecer em estado de inadimplemento da prestação legislativa que lhe incumbe promover;



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO PARÁ  
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE TUCURUÍ

c) A declaração de inconstitucionalidade sem pronúncia de nulidade é equivalente ao apelo ao Legislador.

d) A adoção da técnica restringe-se aos casos em que o STF busca atribuir efeito concretista aos casos de omissão inconstitucional, tal como ocorreu na decisão em relação ao exercício do direito de greve por servidores públicos civis (CF, art. 37, VII) no julgamento conjunto do MI 670, do MI 708 e do MI 712.

---

5. Acerca do direito à liberdade de expressão, previsto na Constituição brasileira de 1988:

a) O direito de discordar ou de dissentir, não obstante derivar da liberdade de expressão, deslegitima-se quando a sua exteriorização lesionar valores e bens jurídicos postos sob a imediata tutela da ordem constitucional, como sucede com o direito de terceiros à incolumidade de seu patrimônio moral;

b) A livre expressão de ideias, pensamentos e convicções, em sede confessional, não pode e não deve ser impedida pelo poder público nem submetida a interferências lícitas do Estado;

c) A liberdade de expressão é direito fundamental absoluto e, portanto, o seu exercício não pode sofrer restrição pelo Poder Judiciário, exceto que seja para conferir a efetiva proteção às maiorias;

d) A liberdade de expressão não se submete à censura e pode ser adotada, inclusive, como instrumento de domínio ideológico ou instrumento de discriminação da maioria contra a minoria.

---

6. Acerca da disciplina constitucional do Direito Administrativo, assinale a alternativa correta:

a) É de eficácia limitada a norma constitucional que afirma que “a lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão”, visto a mora legislativa em regulamentar o dispositivo.

b) A administração da justiça e a administração fazendária, bem como seus servidores, terão, dentro de suas áreas de competência e jurisdição, precedência sobre os demais setores administrativos, na forma da lei.

c) As pessoas jurídicas de direito público responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa. Esta regra também se aplica às pessoas jurídicas de direito privado, quando prestadoras de serviços públicos.

d) Entre os órgãos do Poder Judiciário, o Conselho Nacional de Justiça, criado pela Emenda Constitucional n. 45/2004, se destaca pela finalidade institucional mista, inovadora na ordem jurídica,



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO PARÁ  
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE TUCURUÍ

visto que dispõe de atribuições administrativas e competência jurisdicional.

---

7. No exercício da função de estagiário da justiça federal, ao manusear um procedimento administrativo, você detectou que a autoridade máxima administrativa de determinado órgão editou portaria delegando para seus setores subordinados a edição de atos normativos para regulamentar matéria *interna corporis* e a decisão de recursos administrativos licitatórios. Ciente que esta forma de delegação é vedada pelo artigo 13 da Lei n. 9.784/1999, assinale a opção correta quanto ao vício do ato administrativo ocorrido:

- a) O ato administrativo é composto de competência, forma, objeto, motivo e finalidade, sendo que a delegação ocorrida no primeiro caso (regulamentação de matéria *interna corporis*) atendeu ao estabelecido pela legislação e, assim, não implicou em qualquer caso de nulidade ou anulabilidade.
  - b) A legislação vetou a delegação nos casos descritos, visto que o motivo a ser invocado pela autoridade máxima da administração não será, necessariamente, o mesmo motivo invocado pelos órgãos delegatários e não refletirá, por consequência, a melhor escolha discricionária para a Administração Pública.
  - c) Trata-se de delegação de competência vedada pela legislação, o que possibilita ao Poder Judiciário revogar, ex officio, o ato delegado.
  - d) Trata-se de delegação de competência nula e que não produz qualquer efeito, conforme súmula 473 do Supremo Tribunal Federal.
- 

8. Sobre a personalidade e capacidade da pessoa natural, conforme disposto na Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002, marque a alternativa de acordo com a legislação vigente:

- a) O Código Civil presume a incapacidade relativa dos maiores de dezesseis anos e menores de dezoito, exceto no caso de pessoa com deficiência, em que a capacidade civil plena é regulada por lei especial.
- b) Além das hipóteses de casamento, óbito e nascimento, serão averbados em registro público os atos judiciais ou extrajudiciais que reconhecerem ou declararem filiação, assim como os que alunarem casamento, divórcio e separação judicial.
- c) A capacidade civil se encerra com a morte da pessoa natural, presumida esta nos casos definidos em lei, mas a personalidade jurídica subsiste no ordenamento enquanto for possível demandar a proteção da honra, boa fama, respeitabilidade ou exploração comercial da imagem do falecido.
- d) Embora o pluripartidarismo seja norma de status constitucional e os partidos políticos ostentem



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO PARÁ  
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE TUCURUÍ

função relevante para o exercício da democracia direta e indireta, a lei não conferiu a estes a personalidade jurídica de direito público.

---

9. Sobre a disciplina no Código Civil dos fatos, atos e negócios jurídicos, incluindo os contratos, assinale a alternativa correta:

- a) É da substância do ato a cláusula que condiciona a validade do negócio jurídico ao instrumento público.
  - b) O negócio jurídico pode ser condicionado a evento futuro ou incerto, cláusula que configura o instituto civilista denominado “condição”, sendo este derivado da vontade das partes ou do legislador.
  - c) A outorga de poderes para outrem exercê-los em nome do outorgante configura o contrato de mandato, cuja procuração, judicial ou extrajudicial, é instrumento imprescindível para sua validade, razão pela qual se considera um contrato unilateral, formal, escrito e expresso.
  - d) Ainda que a obrigação tenha por objeto prestação divisível, não pode o credor ser obrigado a receber, mesmo no vencimento, pagamento por partes se assim não se ajustou.
- 

10. O processo civil brasileiro sofreu importantes mudanças com a vigência do Código de Processo Civil de 2015, idealizado por comissão de juristas representativa de grande parte da sociedade brasileira diretamente interessada, sob a presidência do Ministro Luiz Fux. Assinale a alternativa que está em desacordo com o texto do CPC vigente:

- a) O Código de Processo Civil inaugura sua redação com capítulo destinado às normas fundamentais, na qual fica expresso o dever restrito às partes litigantes de comportamento conforme a boa-fé e cooperação entre si para obtenção, em tempo razoável, de decisão de mérito justa e efetiva.
  - b) Ainda sobre os fundamentos do processo civil, o Código impõe ao julgador a obrigação de estabelecer o contraditório sempre que for proferir decisão, exceto na tutela provisória de urgência, nos casos em que puder decidir liminarmente a tutela de evidência e no procedimento monitorio.
  - c) Entre as formas de resposta processual disponíveis ao réu, o CPC regula a contestação nos artigos 335 e seguintes, seccionando, contudo, em alegações preliminares e de mérito. Considera-se alegação de mérito a matéria relativa aos fatos impeditivos, extintivos ou modificativos do direito do autor.
  - d) Não acolhida nenhuma preliminar e, após a réplica ao autor, o juiz proferirá julgamento conforme o estado do processo, desde que a causa esteja madura.
-



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO PARÁ  
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE TUCURUÍ

11. O Código Penal Brasileiro sofreu importante reforma em sua parte geral na década de 1980, passando a adotar, segundo a doutrina de Damásio Evangelista de Jesus, o finalismo penal no conceito analítico de crime. Acerca dos elementos que compõe o crime, julgue a alternativa correta:

- a) Em se tratando de crime material, o resultado delitivo é imputado ao responsável pela conduta, mediante nexo de causalidade. Causa, assim, é o ato comissivo ou omissivo sem o qual o resultado seria inexistente.
- b) Considera-se tentado o crime quando, após a cogitação, preparação e início de execução, o agente volitivamente desiste de prosseguir na conduta, caso em que terá redução da pena de um a dois sextos.
- c) Ao passo que a teoria bipartite do crime exigia somente a presença de fato típico e antijurídico, restando a culpabilidade como pressuposto da pena, a teoria tripartite congloba a antijuridicidade, culpabilidade e imputabilidade como elementos do crime, restando o fato típico como elemento normativo.
- d) Legítima defesa, estrito cumprimento do dever legal, estado de necessidade ou exercício regular do direito são causas que, se presentes, excluem a culpabilidade do agente e, por consequência, a existência de crime.

---

12. Sobre o concurso de crimes e de pessoas, marque a incorreta:

- a) Os agentes que atuam em conjunto para a consecução de resultado tipificado como crime, mediante conduta descrita em lei, responderão, cada um, na medida de suas culpabilidades, ainda que a participação seja de menor importância, caso em que haverá redução da pena.
- b) A depender da quantidade de condutas do autor de mais de um crime, a pena final pode corresponder a uma cumulação do total de delitos praticados ou à aplicação da pena mais grave, com majoração até o triplo.
- c) Quando o agente, por acidente ou erro na execução, atinge pessoa diversa da que queria ofender, responderá como se tivesse atingido seu alvo originário. Caso também atinja este, a conduta ficará absorvida pela primeira ofensa.
- d) As penas restritivas de direito são autônomas e sempre substituem as privativas de liberdade quando: aplicada pena privativa de liberdade não superior a quatro anos e o crime não for cometido com violência ou grave ameaça à pessoa ou, qualquer que seja a pena aplicada, se o crime for culposos; o réu não for reincidente em crime doloso e a culpabilidade, os antecedentes, a conduta social e a personalidade do condenado, bem como os motivos e as circunstâncias indicarem que essa substituição



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO PARÁ  
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE TUCURUÍ

seja suficiente.

---

13. Sobre o inquérito policial, marque a alternativa correta:

- a) O inquérito penal é procedimento investigativo iniciado a pedido do Ministério Público Federal e autorizado pelo juiz com competência criminal sobre a matéria investigada.
  - b) Em se tratando de inquérito policial que apure crime federal praticado por autor preso em flagrante ou preventivamente, a investigação deverá terminar em dez dias, contados a partir da execução da ordem de prisão.
  - c) O delegado é a autoridade administrativa responsável pela condução das investigações e com atribuições exclusivas para indiciamento de investigados. Caso entenda que o fato investigado é atípico, deve o delegado mandar arquivar os autos de inquérito, sob pena de constrangimento ilegal do investigado.
  - d) O inquérito policial regido pela Lei n. 5.010/1966 possui prazos especiais de tramitação e conclusão. Assim, em se tratando de indiciado preso, o prazo para conclusão será de quinze dias, podendo ser prorrogado por igual interstício, a pedido fundamentado da autoridade policial e deferido pelo juiz a que competir o conhecimento do processo.
- 

14. Os crimes de ação penal pública são processados por iniciativa do Ministério Público, que deduz sua demanda acusatória, com pretensão condenatória, por meio da denúncia criminal. Sobre a ação penal, marque a alternativa correta:

- a) A ação penal pública é sempre condicionada à discricionariedade do Ministério Público, que pode decidir o momento conveniente e oportuno de demandar em juízo pela condenação de investigado, observados os prazos de prescrição do Código Penal.
- b) É permitida a ação de iniciativa privada nos crimes de ação pública, quando expirado *in albis* o prazo legal. Neste caso, caberá ao Ministério Público aditar a queixa, repudiá-la e oferecer denúncia substitutiva, intervir em todos os termos do processo, fornecer elementos de prova, interpor recurso e, a todo tempo, no caso de negligência do querelante, retomar a ação como parte principal.
- c) Face ao acúmulo de ações penais pendentes de julgamento e à dificuldade de localização de réus foragidos, o Ministério Público poderá desistir do prosseguimento na ação penal em analogia do disposto no artigo 485 (*o juiz não resolverá o mérito quando*), inciso VIII (*homologar a desistência da ação*), da Lei n. 13.105/2015.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO PARÁ  
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE TUCURUÍ

**d)** A desistência da ação penal não obsta sua repositura caso o acusado seja localizado e ainda não tenha transcorrido *in totum* o prazo prescricional.

---

**15.** Com a reforma do processo penal ocorrida em 2011, a prisão preventiva deixou de ser a regra e passou a ser a exceção no sistema normativo das cautelares penais. Sobre a prisão e liberdade provisória, marque a alternativa certa:

**a)** Considera-se em estado de flagrância o autor de fato criminoso até vinte e quatro horas após sua consumação, nos casos em que a lei exige resultado material. Passado este prazo, a autoridade policial deverá obter mandado judicial para realizar a prisão.

**b)** Ao receber o auto de prisão em flagrante o juiz deverá, fundamentadamente, relaxar a prisão, caso entenda cabível fiança penal, ou conceder liberdade provisória, caso vislumbre ilegalidade no flagrante.

**c)** No curso do inquérito policial não é cabível a prisão preventiva de ofício pelo juiz, ao contrário da fase processual, em que não dependerá de provocação do Ministério Público, do querelante ou do assistente, embora cabíveis.

**d)** O juiz poderá revogar a prisão preventiva se, no correr do processo, verificar a falta de motivo para que subsista. Transitada em julgado a revogação da preventiva, o acusado só poderá ser novamente preso para cumprimento, definitivo ou provisório, da pena, em respeito à coisa julgada cautelar.

---

**16.** Sobre a execução fiscal, regulada pela Lei n. 6.830/84, assinale a alternativa correta.

**a)** A Dívida Ativa da Fazenda Pública, compreendendo a tributária e a não tributária, abrange atualização monetária e juros previstos em lei ou contrato. A multa de mora, se existente, deverá ser discutida no âmbito da responsabilidade civil do executado, visto se tratar de penalidade por ato ilícito.

**b)** O executado será citado para, no prazo de 5 (cinco) dias, pagar a dívida com os juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, ou garantir a execução.

**c)** A fim de evitar cobranças indevidas que resultariam em repetição de indébito em face da Fazenda Pública, o procedimento da Lei de Execuções Fiscais proíbe a citação pelo correio, por não ser possível, em tal modalidade, assegurar o conhecimento da mensagem citatória pelo real destinatário.

**d)** A defesa em execução fiscal é exercida por meio dos embargos monitórios, oponíveis em quinze dias úteis e com memorial de cálculo da quantia cobrada pelo executado.

---



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO PARÁ  
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE TUCURUÍ

17. Sobre o juizado especial cível, regulado pelas Leis n.s 9.099/95 e 10.259/2001, marque a correta:

- a) O limite de alçada estabelecido pelo artigo 3º, inciso I, da Lei n. 9.099/95 é aplicável analogicamente ao procedimento no juizado especial federal, visto não ser admissível, em ordenamento jurídico regido pela lógica e unidade, a existência de dois procedimentos iguais com valores de alçada diferentes.
  - b) A contagem de prazos no juizado é feita em dias corridos, por não ser compatível a contagem em dias úteis com os critérios da oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade.
  - c) A causa que demandar realização de perícia técnica acarretará o deslocamento da competência de julgamento do juizado para a Vara Federal, por ser incompatível com o procedimento sumariíssimo o processamento de causas complexas.
  - d) O juizado admite a figura do juiz leigo, o qual poderá conduzir a conciliação ou ainda realizar a instrução processual, esta última sob a supervisão do juiz togado.
- 

18. Ainda sobre o juizado especial cível, regulado pelas Leis n.s 9.099/95 e 10.259/2001, marque a correta:

- a) ainda que se enquadre no valor de alçada da Lei n. 10.259/2001, não se admitirá a execução fiscal no juizado especial cível, por expressa vedação legal.
  - b) É competente o juizado especial cível para anulação ou cancelamento de ato administrativo federal previdenciário, de lançamento fiscal e que versem sobre autos de infração ambientais cujo valor seja compatível com a alçada do juizado.
  - c) O Juizado Especial Federal Cível admite como partes autoras ou rés as pessoas físicas, microempresas, empresas de pequeno porte, entidades da administração indireta, desde que o valor da causa seja compatível com a alçada do juizado.
  - d) A condenação da Fazenda Pública no juizado especial, quando se tratar de pagamento de quantia certa do valor da alçada, deverá ser feito por precatório judicial, na forma do artigo 100 e seguintes da Constituição da República.
- 

19. Sobre a transação penal, prevista no artigo 76 da Lei n. 9.099/95, marque a correta:

- a) Em se tratando de crime de menor potencial ofensivo, o juiz poderá oferecer ao acusado a *plea bargain*, instituto originário do Direito Norte Americano em que o acusado admite a prática de infrações penais e obtém, desde já, penas reduzidas pelo julgador.
- b) A transação penal implica na aplicação imediata de penas restritivas de direito, não abrangendo



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO PARÁ  
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE TUCURUÍ

eventuais multas penais cominadas para o crime, as quais deverão ser cobradas pelo procedimento da execução fiscal.

c) A transação penal é obtida mediante proposta do Ministério Público, quando se tratar de ação penal pública incondicionada, cuja sentença homologatória está sujeita ao recurso de apelação no prazo de dez dias.

d) Por se tratar de instituto despenalizador adotado para reduzir a população carcerária decorrente de infrações penais de pequena relevância, uma nova transação penal por crime subsequente pode ser obtida tão logo cumpridas as condições de transação anterior.

---

**20.** Sobre a suspensão condicional do processo penal (SURSI) regulada pelo artigo 89 da Lei n. 9.099/95, assinale a correta.

a) Mesmo regulada pela lei do juizado especial, sua aplicação não fica restrita às infrações de menor potencial ofensivo, podendo ser estendida aos crimes em que a pena mínima cominada seja igual ou inferior a um ano, ressalvados casos expressamente previstos na legislação.

b) Obtido o benefício processual do artigo 89 da Lei n. 9.099/95, o processo ficará suspenso pelo tempo total de pena abstrata do delito imputado, observado o prazo prescricional *in abstracto*.

c) Em se tratando de crime continuado, não se levará em conta o acréscimo de pena de um sexto, decorrente da continuidade delitiva, na contagem do máximo de pena mínima autorizada para concessão do SURSI.

d) A proposta de suspensão condicional do processo implica em desinteresse ministerial na persecução penal do acusado, o que permite inferir a insignificância da ofensa ao bem jurídico tutelado pela norma penal. Assim, caso não aceite a proposta de SURSI, caberá ao Ministério Público buscar a condenação do acusado na esfera cível para reparação do dano, por preclusão lógica da pretensão punitiva penal.

---

DISSERTAÇÃO.

Discorra sobre o tema abaixo, utilizando entre de trinta a trinta e cinco linhas. O título da redação é dispensável.

**As tragédias de Mariana e Brumadinho: o papel da Justiça Federal na condução de grandes conflitos sociosambientais e a necessidade de participação efetiva das ‘comunidades atingidas’ na tomada de decisão judicial que respeite os direitos fundamentais.**





PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO PARÁ  
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE TUCURUÍ

PROVA DISSERTATIVA - ESPAÇO PARA RESPOSTA DEFINITIVA

5

10

15

20

25

30

35



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO PARÁ  
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE TUCURUÍ

GABARITO DEFINITIVO DO CANDIDATO

Questão	Resposta	Questão	Resposta
1		11	
2		12	
3		13	
4		14	
5		15	
6		16	
7		17	
8		18	
9		19	
10		20	

Prova tipo “A”

Ao final da prova, entregue esta folha ao examinador.

Número de inscrição do candidato: \_\_\_\_\_